

ria também a Casa José de Alencar. Concordou com a dinamização da cidade e sugeriu o estudo das instruções de tombamentos e a definição das poligonais de entorno dos imóveis que foram tombados somente por decretos, principalmente por conta da sobreposição das ZEDUS sobre as ZEPH, então que fique tudo estabelecido em normas para evitar destruição dos bens históricos. A conselheira Clélia Monastério perguntou sobre um imóvel situado na rua Franklin Távora por trás do Colégio Justiniano de Serpa que está em processo de tombamento, disse que ele foi destelhado e retirado as portas. A conselheira Gersica Goes comentou sobre ocorrência de movimento estranho em torno do imóvel situado na avenida Filomeno Gomes "Aristides Capibaribe". Magela Lima solicitou que as citadas conselheiras encaminhassem essa demanda à Coordenadoria de Patrimônio Histórico para vistorias e providências. Agradeceu mais uma vez à contribuição das arquitetas Maria Águeda Muniz Pontes Caminha, Regina Lúcia N. Costa e Silva e Larissa Menescal e concluiu dizendo que a Secultfor vai consolidar essas proposições e encaminhá-las a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente e a presidência da Câmara Municipal de Fortaleza para inserção no projeto de lei. Nada mais havendo a tratar, o Secretário da Cultura de Fortaleza, Francisco Geraldo de Magela de Lima Filho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às onze horas e quarenta e cinco minutos e, eu, Elizete Moura Marques, Secretária Executiva do COMPHIC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Fortaleza, 01 de Setembro de 2016. **Francisco Geraldo de Magela Lima Filho - PRESIDENTE DO COMPHIC E SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CULTURA DE FORTALEZA. Jober José de Souza Pinto - COORDENADOR DA CPHC - COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECULTFOR. Gércica Vasconcelos Goes - MEMBRO TITULAR DA UNIFOR - UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. Antônio Gilberto Ramos Nogueira - CONSELHEIRO TITULAR DA UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Maria Águeda Pontes Caminha Muniz - MEMBRO TITULAR DA SEUMA - SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA. Francisco Augusto Sales Veloso - MEMBRO TITULAR DO IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Maria do Socorro Araújo Câmara - MEMBRO TITULAR DA SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ. Clélia Maria Coutinho Teixeira Monastério - MEMBRO TITULAR DA IAB - INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. Carlos Josué de Assis - MEMBRO TITULAR DA AGB - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS DO BRASIL. Márcia Sucupira Viana Barreto - MEMBRO TITULAR DA OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Ana Paula Gomes Bezerra - MEMBRO TITULAR DA ANPUH - ASSOC. NAC. DOS PROFISSIONAIS UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Maria Clélia Lustosa da Costa - MEMBRO TITULAR DO IHGAC - INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ.**

\*\*\* \*\*

**ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA - COMPHIC - 06/10/2016** - Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às 9 (nove) horas e 40 (quarenta) minutos, na sede da SECULTFOR, situada na Rua Pereira Filgueiras, número quatro, Centro, Fortaleza/Ceará, foi realizada a 79ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza - SECULTFOR. A senhora Paola Braga de Medeiros, secretária em exercício, iniciou a sessão cumprimentando a todos os presentes e apresentou a pauta, conforme segue: 1 - Aprovação da ata do mês de Setembro de 2016; 2 - Apresentação da equipe técnica e desenvolvimento da pesquisa para Registro da Festa de Iemanjá; 3 - Apresentação do Projeto de Conservação da Casa do Barão de Camocim - Casa Cor Ceará 2016. Pontuou que a ata foi encaminhada por e-mail para análise e contribuições dos conselheiros, perguntou se os mesmos reali-

zaram a leitura e se poderia ser aprovada. A conselheira Clélia Monastério disse que havia solicitado modificações em ponto de sua fala e que ainda não constava a correção na ata impressa. Foi informado que não constava a solicitação de modificação do texto no e-mail do COMPHIC e a referida conselheira disse que reenviaria as informações para inserção na ata. A ata da 78ª reunião do COMPHIC será aprovada na sessão de novembro de 2016. Em seguida, Paola Braga passou ao segundo ponto da pauta: apresentação da equipe técnica e desenvolvimento da pesquisa do Registro da Festa de Iemanjá. O senhor Jober José de Souza Pinto, Coordenador de Patrimônio Histórico e Cultural informou que a senhora Maria das Graças Almeida Martins, gerente da célula do Patrimônio Imaterial da CPHC-Secultfor, iniciou a exposição da metodologia da pesquisa para registro da Festa de Iemanjá em uma sessão realizada anteriormente. Jober Pinto ressaltou sobre a relevância do registro desta festa para a cultura, disse que o trabalho de pesquisa se iniciou no momento de realização da festa, ou seja, em 15 de agosto de 2016, e que este momento é de apresentação da equipe e do desenvolvimento da pesquisa para o COMPHIC; passou a palavra ao senhor Jean Souza dos Anjos, coordenador da pesquisa. Jean iniciou sua fala dizendo que foi convidado para a sistematização deste trabalho de pesquisa pela Graça Martins e pela Prefeitura. Pontuou que é Teólogo, Licenciado em Ensino Religioso e Pós-graduado em Ciência da Religião, e cursou Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisa sobre religião e religiosidade há algum tempo, e vem estudando a festa de Iemanjá sistematicamente desde 2008 em Fortaleza, e desde 2010 vem realizando esse estudo em Salvador com o intuito de efetivar um comparativo entre os dois eventos enquanto fenômeno religioso, é também fotógrafo e já fez duas exposições sobre a festa de Iemanjá. Disse que é desafiante realizar esse estudo como patrimônio imaterial da cidade, e que estão praticamente na metade da pesquisa. Ressaltou que a equipe de pesquisadores se dedicou durante os festejos participando da festa realizada na Praia do Futuro e na Praia de Iracema. Salientou que a Prefeitura e o Estado acompanham esses dois polos, e que a festa ocorre em toda orla, ou seja, onde tem praia tem também festejos à Iemanjá no dia 15 de agosto. Informou que os festejos da Praia de Iracema têm quatro anos e os festejos da Praia do Futuro têm uns cinquenta anos. Apresentou os colegas pesquisadores: Breno Taveira Mesquita (Sociólogo), Janainna Edvirens de Oliveira Pereira (Antropóloga), Laís Cordeiro de Oliveira (Socióloga) e Marcos Levi Ferreira Nunes de Sousa (Sociólogo). O senhor Jean dos Anjos contextualizou a ocorrência do evento Festa de Iemanjá de Fortaleza, apresentou foto de arquivo digital do Diário do Nordeste datada de 1983, ao tempo que informou sobre a disponibilidade deste jornal em apoiar à pesquisa, falou acerca dos desafios e das perspectivas deste projeto. Pontuou que Iemanjá é a Grande Mãe Africana do Brasil, que chegou da África como Yeye Omo Eja (a mãe dos filhos peixes), depois se transformou em Yemonja, na sequência Yemanjá ou Iemanjá como escrevemos. Informou que trata-se de um orixá, e que no Brasil houve resignificação. Acrescentou que na África é cultuada como divindade dos rios e chega ao Brasil juntamente com o sofrimento de muitos homens e mulheres escravos, negros que aportaram nos navios. Aqui Iemanjá é cultuada no mar, e que junto à essas pessoas atravessaram as mitologias sobre Iemanjá. Ressaltou que Iemanjá se encontra com Nossa Senhora da Conceição (santa católica) porque Nossa Senhora da Conceição é aquela que concebe e que dá a luz, e que Iemanjá também dá à luz. Ela é considerada mãe de todos os orixás, ou seja, é mãe de todos aqueles que acreditam, se assemelha na acolhida aos sofridos escravos. O pesquisador Jean comentou que o sentimento é de que todos são filhos e filhas de Iemanjá. Explicou que nas senzalas não era permitido que os negros prestassem culto aos seus deuses orixás e que os escravos prestavam homenagem a Nossa Senhora da Conceição, mas, na verdade os rituais homenageavam a Iemanjá. Ressaltou que quando os negros sentiam falta da "mãe terra" tomavam conta das praias brasileiras e se "refugiavam" olhando o horizonte para lembrar a África e compensar a saudade de sua

gente, desse modo lemanjá toma conta do Brasil. Dando continuidade apresentou uma foto do Diário do Nordeste de 1990, com uma grande quantidade de pessoas homenageando a Umbanda. Explicou que Umbanda é uma religião nascida no Brasil com formação de pessoas da sociedade brasileira, ou seja, com índios, brancos e negros. Observou que hoje não se encontra essa concentração de pessoas na praia como na fotografia apresentada. Ressaltou que a festa de lemanjá de Fortaleza é predominantemente da religião umbandista, não é festa do candomblé, não tem o sincretismo do candomblé. Disse que de forma institucional a literatura diz que a umbanda nasceu no Rio de Janeiro, em 1906 dentro do espiritismo kardecista. Esse fenômeno pode levar ao transe e a possessão, também chamado de linha das mesas brancas do espiritismo, onde as pessoas recebem os espíritos para fazer caridade, pode ser entendida como uma filosofia e/ou como religião. Disse que houve conflito quando os espíritos chamados de pretos velhos, índios e caboclos passaram a incorporar nessas mesas brancas, porque nessas mesas brancas só incorporavam espíritos “evoluídos”, ou seja brancos e classe social elevada. Ressaltou que a umbanda nasce da separação desses espíritos, e que o transe existe em todo Brasil inclusive nos rituais de pajelança realizados nas comunidades indígenas. Pontuou que a umbanda acolhe espíritos de índios, pretos e brancos, e que o intuito é fazer a caridade. Jean dos Anjos identificou através de estudos que as pessoas que procuram a umbanda geralmente apresentam algum distúrbio (enfermidade) que não conseguiram resolver na medicina comum e nem no espiritismo, daí procuram a umbanda, porque quem trata dessas enfermidades geralmente é um preto velho ou um índio. Na oportunidade, falou das religiosidades híbridas ou sincretismos, também considerados um conjunto de religiosidades dentro daquela religiosidade. Lembrou que os cultos existentes no Brasil não tem nada a ver com os cultos realizados na África, ou seja, o candomblé do Brasil é diferente do candomblé africano. Falou que os saberes hegemônicos vêm da medicina ocidental que é produzida nas Universidades e que os saberes tradicionais que chegam através das culturas afro-brasileiras nem sempre são divulgados, valorizados e reconhecidos porque são considerados primitivos. Apresentou uma foto da celebração dos festejos de lemanjá, de 1989, também cedido pelo Diário do Nordeste. Ressaltou acerca da origem da festa de lemanjá, que esta teve como principal colaboradora a “Mãe Júlia”. De acordo com dados pesquisados Mãe Júlia é uma mulher negra de origem portuguesa que se instalou em Fortaleza. Realizou visita ao Rio de Janeiro após um sonho e começou a ter contato com a umbanda. No Rio de Janeiro a festa de lemanjá é realizada no dia 15 de agosto, comemorada junto com a festa de Nossa Senhora da Glória padroeira do Rio de Janeiro. Quando Mãe Júlia retornou à Fortaleza iniciou a comemoração na Praia do Futuro. O primeiro evento tem uns cinquenta anos, época em que a festa de lemanjá não era permitida em Fortaleza, ou seja, a umbanda e o candomblé eram tratados como “casos de polícia”, com muita repressão, esse tipo de culto era proibido. Jean comentou que a Praia do Futuro tinha difícil acesso, demandando uma longa caminhada até a orla da praia. Naquela época as pessoas faziam esses rituais na Barra do Ceará e na Praia do Futuro, deixando os carros na subida do morro e caminhando até a praia a pé para realizar suas celebrações. Optaram por fazer esses rituais no dia 15 de agosto porque era o mesmo dia em que o Rio de Janeiro também celebra esse ritual a lemanjá. Informou que o dia da festa de lemanjá coincide com os festejos de Nossa Senhora de Assunção, padroeira de Fortaleza e com a realização da Caminhada com Maria, que já existe há 15 anos, que inclusive no último ano foi declarada pelo Governo Federal como patrimônio imaterial da humanidade. Pontuou que existem muitas pessoas católicas que praticam rituais à umbanda, e que é comum encontrar nas residências dessas pessoas imagens diversas. Falou sobre um monumento dedicado à lemanjá, que foi inaugurado pelo prefeito de Fortaleza Juraci Magalhães. A estátua localizou-se na Avenida Zezé Diogo, com a Rua Miguel Calmon na Praia do Futuro. O projeto é do escultor Zenon Barreto, a citada estátua foi erguida num pilar de dois

metros de altura com formato retangular, de 80 por 60 centímetros, era cercada por uma lâmina de água e de luz, segundo arquivo do Diário do Nordeste de 1992 o monumento foi inaugurado em 15 de agosto por ocasião do festejo à lemanjá. Quanto a Metodologia da Pesquisa, Jean ressaltou ocorrência de pesquisa bibliográfica; entrevistas abertas com a comunidade que realiza e participa da festa; entrevistas abertas com estudiosos da Festa de lemanjá e pessoas que estiveram diretamente envolvidas com a festa; pesquisas e análises em jornais (reportagens e imagens); levantamentos e análises de trabalhos acadêmicos; levantamentos de vídeos em canais abertos na internet (youtube); oficinas e encontros da equipe com estudiosos/as e a comunidade para a construção de uma pesquisa participativa. Jean dos Anjos apresentou fotos da equipe durante a pesquisa no Diário do Nordeste e falou acerca da relevância das entrevistas abertas com os estudiosos da Festa de lemanjá, das oficinas e encontros da equipe com estudiosos/as e participantes da festa. Pontuou que foi ao Jornal O Povo e que não obteve acesso às fontes para a pesquisa. Acrescentou sobre a relevante contribuição das associações e dos terreiros e observou que cada segmento têm seus calendários e seus rituais. Foi perguntado sobre a diferença entre candomblé e umbanda: o candomblé trabalha com as mitologias africanas, por exemplo, o ritual de uma pessoa em transe recebe um orixá – é uma energia e pode realizar cura, utilizar erva e fazer banhos; na umbanda a pessoa recebe um espírito - que pode ser um caboclo, o espírito de um indígena, uma entidade, um preto velho – mas também usa erva e faz cura. A umbanda é da mesa branca, vem do espírito kardecista e o candomblé surgiu das senzalas. Quanto aos rituais são bem diferentes, e hoje no Brasil tem uma grande diversidade nesses rituais, exatamente por conta dessa riqueza cultural de tradições vinda de outros países. Dando continuidade, falou da realização de uma oficina ministrada pela Professora Dr<sup>a</sup> Cristina Maria da Universidade Federal do Ceará (UFC) sobre como transformar a festa em uma biografia e disse que pretende transformar esse inventário em uma biografia. Jean dos Anjos apresentou a contribuição do sociólogo Breno Taveira, no qual dispõe que para a efetivação da biografia precisa-se das “contações de um vivido” experienciado nas narrativas daqueles que tem mais autoridade para contar: seus próprios frequentadores. É a partir das experiências do povo de terreiro que frequentam a festa que poderemos dar conta de tal empreendimento. E é sempre bom lembrar que narrações não são lineares, é outro tipo de real, o que é bom, pois o biógrafo não se fia na ideia de um real que é concreto, possuidor de uma linearidade e temporalidade precisa e estagnada. Nessa jornada conseguiremos construir um arquivo onde caberão não apenas fotos, reportagens e lista de objetos da festa, mas mais que isso, será um arquivo de vivências, de lutas e de resistências. Breno Taveira concluiu observando a probabilidade da ocorrência de “um arquivo das relações de uma festa viva e pulsante”. Jean dos Anjos pontuou sobre o documentário de Mãe Zimá, visto no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) com abordagem sobre simbologias e ritos da Umbanda, ao tempo que apresentou a grande contribuição da Antropóloga Janainna Pereira observando que: “Por meio dos relatos de Mãe Zimá, que se mesclam entre sua estória de vida e sobre o universo da Umbanda. O documentário também mostra a profunda relação desta com o catolicismo, com seus santos e rezas, além de outra característica forte da religião que é a caridade.” Janaina Pereira ressaltou que “O documentário abrange muitos elementos da Umbanda, muito do seu universo simbólico, mesmo focando na história de uma única mãe-de-santo, de um terreiro específico. Mesmo sabendo das especificidades que cada casa tem, é um registro rico para a história da Umbanda cearense”. Jean dos Anjos ressaltou sobre a diversidade dos rituais e que funciona de acordo com a orientação da entidade da instituição. Apresentou foto da Mãe Raimunda da Conceição e Graça Martins, na Praia do Futuro, por ocasião da festa de lemanjá em 15 de agosto de 2016 e falou das entrevistas realizadas com Mãe Suzana, Mãe Tecla, Mãe Taquinha, Mãe Stela, Mãe Gardênia e Mãe Balbina, Mãe Neide Pombagira, Pai Neto, Pai Sebastião e Pai Raimundinho

Dente de Ouro e o Professor Dr. Ismael Pordeus Junior. Jean dos Anjos finalizou a apresentação ressaltando que a festa de lemanjá corta uma sequência. E que na vida cotidiana a festa rompe com o encadeamento dos acontecimentos que o processo civilizatório nos apresentou como lógico e insuperável. Pontuou que a festa é produto da realidade social e, como tal, expressa ativamente essa realidade com seus conflitos, suas tensões, suas censuras, é ao mesmo tempo em que atua sobre ela, ou seja, a festa de lemanjá representa um conjunto muito complexo. Ela comporta a eliminação dos resíduos produzidos pelo funcionamento de qualquer economia e das máculas ligadas ao exercício de qualquer poder. Franqueou-se a palavra e indagou-se porque as pessoas chamam “pai e/ou mãe de santo”. Jean dos Anjos respondeu que esse termo se reporta à cuidadora ou cuidadora, é uma reverência equivalente ao termo usado pela Igreja Católica no tocante a palavra Padre que se refere aos cuidados com as pessoas. Registrou-se que a Secretaria da Cultura de Fortaleza apoiou as duas festas: da Praia do Futuro e da Praia de Iracema. Paola Braga agradeceu e parabenizou o pesquisador Jean dos Anjos pela apresentação e a conselheira Clélia Monastério parabenizou e sugeriu após a conclusão da pesquisa repassar o vídeo aos conselheiros do COMPHIC porque está muito interessante. A conselheira Clélia Monastério pediu permissão para entregar ao colegiado uma nota pública do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) sobre a instalação do evento Casa Cor 2016 na Casa do Barão de Camocim. A nota intitulada “Prefeitura Municipal de Fortaleza: O desleixo com a Cultura e com o Meio Ambiente” questionou acerca da falta de autorização do COMPHIC para a obra da Casa do Barão de Camocim. Clélia Monastério observou que alguns conselheiros continuam sentindo falta da análise dos projetos individuais. Teceu considerações acerca da obra na edificação tanto antes do evento quanto após a realização do evento Casa Cor 2016 para disponibilidade das atividades da Vila das Artes. Este imóvel é tombado e desapropriado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Sobre o terceiro ponto de pauta, Paola Braga informou que convidou algumas pessoas que estão ligadas ao evento Casa Cor. O Coordenador de Patrimônio Histórico, Jobber Pinto apresentou a senhora Tereza Neuma de Figueiredo, Diretora do Instituto Cor da Cultura e a equipe que elaborou o projeto de conservação: Arquiteto Dr. Romeu Duarte, Arquiteto Victor Esdras de Figueiredo Guimarães, Diretor do evento Casa Cor Ceará, o Engenheiro José Airton de Almeida Machado Júnior e alguns arquitetos representantes das exposições: Érico Monteiro e Helen Benevides. Ressaltou que o projeto a ser apresentado neste momento se refere à consolidação e conservação da Casa do Barão de Camocim, ou seja, é o aspecto estrutural de como a casa vai ser entregue em janeiro quando o Instituto Cor da Cultura sair do imóvel. Disse que tem outros projetos que tratam dos ambientes internos para exposições. A senhora Neuma Figueiredo se apresentou ao colegiado, ao tempo que, informou que a Prefeita Luizziane Lins havia manifestado interesse em realizar um evento Casa Cor na Casa do Barão de Camocim, e que naquele momento não foi possível porque havia uma pendência acerca da desapropriação do imóvel. Ressaltou que a equipe de arquitetos está bem assessorada pela Secultfor e que não houve nenhuma intervenção na edificação que possa ferir a integridade do bem tombado, pelo contrário estão promovendo uma revitalização no equipamento e que estão dando um tratamento diferenciado em virtude do tipo de bem. Comentou que gostaria de realizar evento Casa Cor em outros bens tombados, inclusive porque em outras Capitais do Brasil é tranquila a ocorrência de Casa Cor principalmente porque conseguem embutir um trabalho social com os artistas, e que em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) movimentam o ambiente de entorno da edificação que recebe o evento Casa Cor, além das bem-feitorias e revitalizações que promovem nestas localidades. Finalizou sua fala convidando os presentes a prestigiarem o evento Casa Cor. Jobber Pinto passou a palavra ao arquiteto Romeu Duarte para apresentação do Projeto de Conservação da Casa do Barão de Camocim - Casa Cor Ceará 2016. O arquiteto Romeu Duarte iniciou cumprimentando a todos e a todas, disse que é um

prazer renovado está no COMPHIC e parabenizou a equipe da CPHC/Secultfor e o senhor Jean dos Anjos e sua equipe pelo magnífico trabalho de pesquisa apresentado sobre a festa de lemanjá. Disse que é um projeto bastante relevante porque divulga e valoriza o cotidiano das pessoas na Cidade de Fortaleza. Pontuou que o projeto de conservação e conversão funcional da Casa do Barão de Camocim é conformado por 35 planchas arquitetônicas. Para a elaboração deste projeto, foi necessária a realização de oito informações técnicas, dois relatórios acerca do estado de conservação do imóvel, uma carta de recomendação de procedimentos de obras aos participantes e inúmeras visitas técnicas. Comentou que vai continuar havendo visitas para acompanhamento dos serviços e supervisão das obras. Ressaltou que estas informações estão em poder da CPHC/Secultfor à disposição dos membros do Conselho de Patrimônio Histórico. Os Registros de Responsabilidades Técnicas (RRT) foram firmados e pagos junto ao Conselho de Arquitetura Urbana (CAU), de acordo com as orientações do CAU, bem como já providenciou-se a placa da obra. O projeto foi aprovado pela Secultfor e pela Secretaria Regional do Centro e a CPHC/Secultfor está prestando orientação aos arquitetos participantes da amostra. Romeu Duarte apresentou o resumo do projeto, principalmente das partes da edificação que estão sendo realizadas intervenções, a começar pelo pavimento térreo. Lembrou da elaboração do mapa de danos que foi apresentado ao COMPHIC em sessão anterior e que esta apresentação está sintonizada com as informações anteriores. As intervenções do pavimento térreo referem-se ao universo de consolidação e estabilização, ou seja, obra de conservação e manutenção. Comentou que estas intervenções além de estarem amparadas por recomendações da Carta de Burra (Icomos/Austrália, 1980) atendem às exposições do evento Casa Cor 2016 e as futuras instalações da Vila das Artes, trazendo tranquilidade estrutural e a acessibilidade exigida pelas normas atuais. Foram implantados: uma estrutura de plataforma hidráulica, uma escada para melhorar o fluxo das pessoas nas dependências do imóvel e um elevador para acesso ao pavimento superior. Prevista a supressão de um ambiente onde funcionava uma dispensa da família do Barão de Camocim para possibilitar a instalação de um café que posteriormente beneficiará a Vila das Artes. Supressão de uma balastrada que dá acesso ao terraço para implantação de uma rampa metálica no mesmo formato metálico da escada privilegiando a acessibilidade e integração dos circuitos ao longo da casa. Quanto às instalações dos serviços dos banheiros, implantou-se os sanitários de acordo com as necessidades de acessibilidade e atendimento ao público tanto pensando no uso cultural quanto pedagógico. Demolição de uma parede para possibilitar a instalação do elevador porque o espaço era ínfimo. Sobre o piso foi revisto o nivelamento de todas as áreas principalmente por conta da acessibilidade, sendo que foram aproveitadas muitas peças. Quanto ao forro, em virtude da riqueza de detalhes recorreu-se a técnicos especializados para recuperação das peças do forro, bem como de gradis, peitoris, janelas e portas. Ressaltou a ocorrência de serviços de manutenção e conservação em todas as fachadas. Pontuou que após as exposições do evento Casa Cor 2016 as obras continuam para disponibilidade das atividades da Vila das Artes. Concluiu agradecendo a CPHC pelo rigor como conduziu este trabalho, dialogando e incentivando; a Neuma Figueiredo pela oportunidade de elaboração do projeto que pareceu simples, mas que o envolveu com a história e memória de Fortaleza; a Prefeitura de Fortaleza porque entendeu e autorizou a realização desta obra e da exposição no centro da Cidade. Reforçou que essa obra beneficia os imóveis do entorno da Casa do Barão de Camocim, como: a Praça Clóvis Beviláqua, a Faculdade de Direito e as Caixas D'água do Benfica. Enfim, foi muito bom contribuir com a recuperação deste imóvel transformando-o num bem cultural. Paola Braga agradeceu o professor Dr. Romeu Duarte e facultou a palavra aos conselheiros. A conselheira Clélia Monastério informou à Neuma Figueiredo que os conselheiros não são contra o evento Casa Cor, e que a contestação foi em virtude de “cuidados e de tempo” porque foram informados sobre o evento em Maio, ou melhor, a contestação é quanto à forma imposta pelo muni-

cípio ao COMPHIC. Porque os conselheiros não tiveram oportunidade de avaliar a possibilidade de "haver ou não" o citado evento na Casa do Barão. Enfim, houve um comunicado sobre o evento, e que deveria ocorrer apresentação, discussão e aprovação do projeto. Disse que comentou sobre a existência de pouco tempo para elaboração de um projeto especializado, e também ocorrência de pouco tempo para efetivação da obra. Na ocasião, ressaltou que em virtude do Casa Cor ser um evento de grande porte, precisava de espaço para circulação de pessoas e poderia haver intervenções como demolições de paredes para adaptar o ambiente ao evento Casa Cor, e que neste momento está comprovando o previsto, a ocorrência de grandes alterações na Casa do Barão. A conselheira afirmou que as alterações propostas, ao contrário do que foi dito, não atendem às recomendações, no que se refere à reversibilidade, uma vez que o projeto apresenta várias paredes serão demolidas para "reformatar" o bem e criar novas circulações verticais que atendam ao evento. A conselheira comentou ainda sobre a instalação de uma plataforma elevatória, na área externa, em frente à fachada principal da casa, em seu entendimento, seria desnecessária naquele local. O conselheiro Francisco Veloso lamentou o ocorrido no início do processo, acerca da discussão para autorização da obra na Casa do Barão, e que o problema foi na condução do processo, percebeu que a data de realização do evento foi alterada, e o seu ponto de vista é que as intervenções apresentadas no projeto atendem inclusive para uso futuro do bem, e no caso específico da obra entendeu que as demolições se efetivaram em função de adaptações da edificação ao novo uso. Comentou que em princípio não era favorável a obra, mas neste momento mediante apresentação do projeto não se opõe porque entendeu que as edificações precisam de intervenções e/ou adaptações em função das atividades. Espera que o projetado seja executado e acredita que há época se tivesse sido apresentado o projeto teria sido evitado o conflito, ou seja, lamenta o procedimento "infeliz" e espera que a partir deste momento seja sanado esse conflito. A conselheira Gêrsica Goes disse que tem inquietações semelhantes as da conselheira Clélia Monastério, questionou acerca de algumas modificações no imóvel e solicitou acesso ao projeto. O conselheiro Draulio Luiz de Oliveira também solicitou acesso ao projeto, ao tempo que parabenizou o professor e arquiteto Dr. Romeu Duarte pela apresentação do projeto. Disse que gostaria de entender alguns detalhes, uma vez que trata-se de uma intervenção contemporânea neste imóvel, e quer saber como ficarão os lustres após a obra. Jober Pinto explicou que todos os projetos passaram pela CPHC e que têm pareceres autorizando a obra, e que o evento Casa Cor vai utilizar a edificação para exposições com artigos de decorações. O conselheiro Draulio Luiz é representante da Secult, está participando pela primeira vez da reunião deste colegiado. Jober Pinto pontuou que em reunião anterior houve a proposição de constituição de uma comissão composta pelos conselheiros do COMPHIC para acompanhamento da obra da Casa do Barão de Camocim, e que não efetivou-se por falta de disponibilidade dos mesmos. A ideia era que à medida que os projetos fossem apresentados a CPHC/Secultfor e a equipe de conselheiros fossem se reunindo e analisando, e também acompanhando a obra. Então esse serviço foi realizado pelo corpo técnico da Secultfor. A conselheira Clélia Lustosa comentou que é papel das instituições como OAB, Institutos e a sociedade civil supervisionar, questionar e fiscalizar a ocorrência de obras em bens tombados, e indagou se o projeto estava pronto ou se foi apresentado ao COMPHIC somente agora por conta da pressão. Ressaltou que a pressão dessas instituições torna-se importante para a mobilização. Paola Braga retoma a palavra dizendo que o termo pressão poderia ser substituído por cobrança, e que neste caso não é necessário essa expressão, porque entende que é fundamental o exercício do diálogo. Pontuou que todos os questionamentos estão sendo anotados e serão respondidos pela Coordenadoria de Patrimônio Histórico. A conselheira Clélia Monastério complementou dizendo que todos os projetos devem ser elaborados por arquitetos com Responsabilidades Técnicas (RT) e que depois da exposição pode haver cobrança em caso de possíveis irregularidades. A

senhora Neuma Figueiredo respondeu que já houve a elaboração de um termo com todas as orientações sobre pintura, parte elétrica, forro e piso, bem como sobre as restrições acerca da obra no qual os expositores se comprometeram em deixar o ambiente em condições de uso para as atividades da Vila das Artes. Acrescentou que tudo foi definido com a supervisão dos arquitetos da CPHC. Por fim, Neuma Figueiredo convidou o colegiado a realizar a próxima reunião do COMPHIC na edificação do Barão de Camocim. A conselheira Clélia Lustosa sugeriu alteração do dia da reunião do COMPHIC porque é muito difícil encontrar estacionamento dia de quinta-feira no entorno da Secultfor por conta da feira livre da Rua José Avelino que se estende até a Rua Rufino de Alencar, prejudicando o acesso à Secretaria da Cultura de Fortaleza. Nada mais havendo a tratar, a Secretária da Cultura de Fortaleza, em exercício, Paola Braga de Medeiros agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às onze horas e cinquenta e seis minutos e, eu, Elizete Moura Marques, Secretária Executiva do COMPHIC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Fortaleza, 06 de Outubro de 2016. **Paola Braga de Medeiros - PRESIDENTE DO COMPHIC E SECRETÁRIA MUNICIPAL DA CULTURA DE FORTALEZA - EM EXERCÍCIO.** Jober José de Souza Pinto - COORDENADOR DA CPHC - COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECULTFOR. Gêrsica Vasconcelos Goes - MEMBRO TITULAR DA UNIFOR - UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. Eveline Maria Cordeiro Brandão - MEMBRO SUPLENTE DA SEUMA - SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA. Francisco Augusto Sales Veloso - MEMBRO TITULAR DO IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Maria do Socorro Araújo Câmara - MEMBRO TITULAR DA SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ. Clélia Maria Coutinho Teixeira Monastério - MEMBRO TITULAR DA IAB - INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. Draulio Luiz de Oliveira Araújo - MEMBRO SUPLENTE DA SECULT - SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ. Maria Clélia Lustosa da Costa - MEMBRO TITULAR DO IHGAC - INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ.

## SECRETARIA REGIONAL II

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 25/2015, CUJO OBJETO É A PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DA CANTINA DA SECRETARIA REGIONAL II – SR II, VISANDO O FORNECIMENTO DE LANCHES E REFEIÇÕES PARA OS SERVIDORES E VISITANTES DESTA REGIONAL, LOCALIZADO NA RUA PROF. JURACI MENDES DE OLIVEIRA, Nº 01, EDSON QUEIROZ CP Nº 008/2015 DO PROCESSO LICITATÓRIO. Nº P583875/2015. CONTRATANTE:** O Município de Fortaleza, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.804.507-60, neste ato representado pelo titular da SECRETARIA REGIONAL II, em razão do Decreto 12.156/2007. **INTERVENIENTE/FISCALIZADOR:** SECRETARIA REGIONAL II, representado por seu titular o(a) Sr.(a) Cláudio Nelson Araújo Brandão, inscrito(a) sob o CPF nº 143.576.583-49; portador(a) da Cédula de Identidade nº 660914 SSP-CE, residente e domiciliado(a) nesta cidade. **CONTRATADA:** MARIA DAS DORES DONATO FEIJÓ MARTINIANO, inscrita no CNPJ nº 23.201.926/0001-40, com domicílio na cidade de Fortaleza, na Rua Zuca Acyoli, 1101, apt. 203, Bloco 05, Bairro M. Dias Branco CEP 60.811-450. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:** O presente instrumento fundamenta-se nos art. 57 §1º, inciso II e IV, da Lei nº 8.666, de 21.06.93, publicado no DOU de 22.06.93, com suas alterações posteriores e nos motivos contidos no Processo Administrativo nº P467276/2016– REGIONAL II. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:** O presente ADITIVO tem por objeto prorrogar por mais por mais 12 (doze) meses o prazo deste